

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

LUIZ ADÃO DA SILVA

**FORMAÇÃO DE LEITORES: A LEITURA NA SALA DE LEITURA DAS ESCOLAS
DA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA

2009

LUIZ ADÃO DA SILVA

**FORMAÇÃO DE LEITORES: A LEITURA NA SALA DE LEITURA DAS ESCOLAS
DA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza.

GOIÂNIA

2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

S586f Silva, Luiz Adão da.
Formação de leitores [manuscrito]: a leitura na sala de leitura das escolas da Rede Municipal de Goiânia / Luiz Adão da Silva. - 2009.
201 f.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.

Bibliografia.
Inclui lista de abreviaturas.
Anexos e apêndices.

1. Formação de Leitores 2. Salas de Leitura 3. Análise do Discurso I. Título.

CDU: 028.6(817.3)

AGRADECIMENTOS

A Cleide, por seu, companheirismo, motivação, incentivo e compreensão em todos os dias vividos juntos.

A minhas queridas filhas, Clarissa e Vitória, que acompanharam a seu modo essa conquista intelectual e profissional.

Ao Professor Agostinho Potenciano, por sua orientação paciente e provocadora de novos discursos e novas leituras.

Aos colegas da Rede Municipal de Educação, que contribuíram respondendo à entrevista e ao questionário dessa pesquisa.

Aos alunos que, com seu discurso juvenil, somaram nessa reflexão de leitura e de sala de leitura.

À professora Leonora, que prontamente participou de importantes etapas desse trabalho.

A todos os alunos, que participaram de forma interessada das oficinas de leitura literária que coordenei na Escola Municipal Mônica de Castro Carneiro.

A meu pai, Pedro Machado, *in memoriam*, pela preocupação e empenho em minhas primeiras etapas de estudo.

“Contavam casos. Histórias deslembadas do sertão, que aquela lua acinzentada e friorenta de inverno, envolta em brumas, lá no céu triste e carregado, insuflava perfeita verossimilhança e vida animada.

Pela maioria, contos lúgubres e sanguinolentos, eivados de superstições e terrores, passados sob o clarão embaçado daquela mesma lua acinzentada e friorenta de inverno, no seio aspérrimo das solidões goianas.

Acocorados à sertaneja sob a copa desfolhada do pouso – um jatobá gigantesco – ‘aquentavam’ fogo, a petiscar baforadas grossas dos cigarrões de palha, ouvidos atentos ao narrador.”

(Hugo de Carvalho Ramos. *Tropas e Boiadas*.)

LISTA DE ABREVIATURAS

CSL. – Coordenadora da equipe de sala de leitura.

CP. – Coordenadora Pedagógica.

D. – Diretora.

ASL. – Auxiliar de sala de leitura.

P. – Professor/a.

A. – Aluno/a.

RESUMO

Este estudo pretende contribuir com a análise e a reflexão sobre o trabalho de formação de leitores a partir da compreensão da leitura como fonte de novos conhecimentos e como propulsora do desenvolvimento de cidadãos autônomos. O espaço de investigação foi a sala de leitura das escolas da Rede Municipal de Ensino de Goiânia e o objeto de análise o discurso dos sujeitos envolvidos nessa atividade. Para a fundamentação teórica são utilizados autores e pesquisadores que abordam o tema em suas obras e também em seus espaços de atuação profissional. A área lingüística que possibilitou o estudo e a análise do *corpus* foi a Análise do Discurso de linha francesa. Assim, a leitura é refletida enquanto discurso, que comporta sua historicidade e possibilita vários sentidos sob a perspectiva de cada leitor, pois mesmo considerando um tipo de leitura prevista abre-se para os outros tipos possíveis. Os discursos analisados são portadores de crenças, práticas, projetos e sonhos que retratam como tem sido desenvolvido o trabalho com a leitura, nas salas de leitura da rede e mais precisamente nas escolas pesquisadas. Há pontos de convergência, desencontros, esperanças várias, desalentos e lacunas abertas. Inexiste uma política abrangente que direcione um trabalho interligado e articulado para toda a rede. Daí que se pretende, com este trabalho, contribuir para a discussão necessária de que são inadiáveis a elaboração e execução de ações de incentivo à leitura e de formação de leitores, que atendam as orientações e políticas em nível federal cada vez mais contundentes. A pesquisa mostra que algumas ações vêm sendo desenvolvidas, mas que ainda são insignificantes diante do grande público envolvido com as escolas e com o trabalho da sala de leitura da rede municipal.

Palavras-chave: formação de leitores, leitura, salas de leitura, Análise do Discurso, políticas e projetos escolares de leitura.

RESUMEN

Este estudio pretende contribuir con un análisis y una reflexión acerca del trabajo de formación de lectores a partir de la consideración de la lectura como fuente de nuevos conocimientos y que fomenta el desarrollo de ciudadanos autónomos. El espacio de investigación ha sido salas de lectura de escuelas del Ayuntamiento de Goiania y el objeto de análisis el discurso de las personas involucradas en esa actividad. Para la fundamentación teórica se han utilizado autores e investigadores que tratan el tema en sus obras y también en sus espacios de actuación profesional. El área lingüística que hizo posible el estudio del *corpus* fue el Análisis del Discurso de Línea Francesa. Así, la lectura se refleja como discurso que comporta su historicidad y posibilita varios sentidos en la perspectiva de cada uno de los lectores, pues aun considerando un tipo de lectura prevista, se abre para otros tipos posibles. Los discursos analizados son portadores de creencias, prácticas, proyectos y sueños que retratan cómo ha sido desarrollado el trabajo con la lectura en las salas de lectura de la municipalidad y más precisamente en las escuelas investigadas. Hay puntos de convergencia, desencuentros, esperanzas varias, desalientos y lagunas. Inexiste una política amplia que dirija un trabajo interrelacionado y articulado para todas las escuelas. De ahí que se intente, con este trabajo, contribuir para la discusión necesaria de que son improporcionables la elaboración y ejecución de acciones de incentivo a la lectura y de formación de lectores, que atiendan las orientaciones y políticas en ámbito federal cada vez más contundentes. La investigación muestra que algunas acciones han sido desarrolladas, pero que todavía son insignificantes delante del gran público involucrado con las escuelas y con el trabajo de la sala de lectura del ayuntamiento.

Palabras clave: formación de lectores, lectura, salas de lectura, Análisis del Discurso, políticas y proyectos escolares de lectura.

SUMÁRIO

1. A LEITURA: ABRINDO AS PÁGINAS	10
2. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA SOCIEDADE	14
2.1. Fragmentos sobre a Leitura no Brasil	16
2.2. A Leitura na Escola	21
2.3. A Leitura na Biblioteca Escolar	25
2.4. A Sala de Leitura na Escola Municipal	31
3. A ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM E A LEITURA	36
3.1. O Discurso e a Leitura.....	38
3.2. A Análise do Discurso e a Leitura	40
4. A LEITURA NA SALA DE LEITURA: ESPAÇO PEDAGÓGICO E CULTURAL .	49
4.1. As Diretrizes da Rede Municipal de Educação	50
4.2. A Estrutura da Sala de Leitura – Espaço Físico	56
4.3. O Profissional da Sala de Leitura	62
4.4. O Acervo e Seu Uso	73
5. OS PROJETOS DE LEITURA E A FORMAÇÃO DO ALUNO-LEITOR	85
5.1. Elaboração e Execução - O Papel e a Prática.....	90
5.2. Alternativas para a Sala de Leitura	104
6. A LEITURA NA SALA DE LEITURA: FECHANDO AS PÁGINAS	112
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
APÊNDICES	121
ANEXOS	171

1. A LEITURA: ABRINDO AS PÁGINAS

Singrando em águas favoráveis, a barca do meu engenho alçou velas, deixando para trás o pélago cruel. Eis que passo a cantar o segundo reino, onde o espírito, purgando culpas, faz-se digno de ascender ao Céu. Para isto, ó santas Musas, fazei que eu recupere o vigor da poesia antiga e que Calíope empreste ao meu cantar o tom alto e digno que não permitiu às pegas esperar que seu atrevimento fosse perdoado.¹

É sob a inspiração do fragmento com o qual Dante, o escritor de *A Divina Comédia*, começa a segunda parte de sua magnífica obra que se inicia a produção deste trabalho. Tal como a passagem das tormentas em que viveu o poeta nas profundezas cruéis ao plano intermediário onde já se vislumbram imagens mais favoráveis, esse trabalho (e seu autor) pretende sair das dificuldades enfrentadas no percurso realizado antes de chegar a esse momento para passar à fase de deixar no papel os dados e as reflexões concernentes a eles e ser submetido ao crivo daqueles leitores que terão a missão de orientar o caminho para se chegar ao terceiro plano que se almeja definitivo. Com essa pretensão também aqui se faz necessário, nos mesmos moldes dos poemas clássicos, invocar a ajuda das musas do século XXI para obter as luzes necessárias ao árduo esforço de redigir um texto que possa ser lido e compreendido como discurso que fale de leitura e de estratégias para que ela aconteça.

Para iniciar essa tarefa, cumpre anunciar as razões que motivaram esta pesquisa. Por trabalhar na rede pública de educação há mais de vinte anos e perceber que, apesar da real necessidade de se programar e executar atividades de leitura com os alunos da educação fundamental, projetos significativos nessa área não são vislumbrados. Ao ingressar no programa de pós-graduação no nível de mestrado da Universidade Federal de Goiás, direcionei o projeto de pesquisa para observar essa realidade mais detidamente, pois considerava essencial uma teoria que na medida do possível repensasse a prática sob a perspectiva dos estudos realizados. Não concebia um curso de pós-graduação somente com

¹ ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução de Fábio M. Alberti, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2003. p. 147.

um caráter acadêmico, sem contribuições práticas para o público com o qual sempre trabalhei: a comunidade escolar, mas principalmente para os colegas professores e os alunos. Busquei também respostas a algumas questões conflitantes, a saber: Por que os índices de avaliação dos órgãos competentes estão sempre atestando o baixo e limitado nível dos alunos do ensino público em relação à leitura? Por que não se investe de forma intensiva em políticas de formação de leitores na rede municipal de educação? Por que, mesmo com a existência de espaço disponível e acervo razoável, em algumas escolas a sala de leitura não passa de depósito de livros? Por que os profissionais, que atuam na sala de leitura das escolas municipais, não recebem a devida valorização ou uma melhor capacitação? Por que o envolvimento dos professores com as atividades de leitura se mostra inconsistente e em alguns casos inexistente? Essas são as principais questões que instigaram a reflexão discursiva deste trabalho.

Além dessas indagações que motivaram a pesquisa, outras necessidades justificam a reflexão sobre o trabalho com a leitura na rede municipal. Dentre essas carências verificadas em quase todo ensino público, se encontram os altos índices de analfabetos funcionais que, mesmo tendo cursado todo o ensino fundamental, apresentam dificuldades básicas para compreender mensagens essenciais da comunicação escrita em seu cotidiano. Verifica-se também, na educação pública, que mesmo para os alunos matriculados e estudando com regularidade, as limitações relacionadas à leitura dificultam novas aprendizagens e aquisição de novos conhecimentos. Cabe a todos que atuam nessa realidade de dificuldades da escola pública, mas principalmente àqueles que ocupam funções de gestão, se preocuparem com a busca de alternativas para a diminuição desse quadro de limitações no ensino público. Nessa perspectiva, essa preocupação torna-se uma oportunidade desafiadora para quem pretende por meio de um trabalho de pesquisa como este, aprofundar nas inúmeras variantes que interferem nessas limitações de trabalho com a leitura.

Sobre as dificuldades dos alunos, e de todo ser humano, para se tornarem leitores tem-se como referência as palavras de Lajolo (2004, p.8) “Ninguém nasce sabendo ler: aprende-se a ler à medida que se vive”. Ao considerar que uma significativa parcela da vida de crianças, adolescentes e jovens se passa no ambiente de uma escola, a aprendizagem da leitura precisa acontecer fundamentalmente motivada pelo ensino oferecido por essa escola, mesmo que possa (e deva) ser complementada fora do universo escolar.

Outra importante preocupação refere-se às ações direcionadas ao estímulo e incentivo da leitura como entretenimento cultural. A leitura com este viés, apesar de ser considerada como algo distante da realidade cotidiana, pode se constituir em oportunidade de um lazer

facilmente acessível aos alunos das escolas públicas por meio do acervo disponível em sua sala de leitura. Este trabalho refletirá sobre as estratégias que já estão sendo desenvolvidas, bem como outras possíveis e sonhadas, no sentido de tornar o material oferecido por essas salas em fonte de lazer e cultura para os alunos matriculados nessas unidades educacionais.

Alguns objetivos são esperados com esse trabalho. Em linhas gerais, espera-se refletir sobre a importância da leitura na vida do país e de seus cidadãos, rever aspectos da lingüística funcionalista e especificamente da área da Análise do Discurso e suas relações com a leitura. De forma mais restrita, objetiva-se uma reflexão sobre a sala de leitura e os projetos de leitura desenvolvidos, que possam contribuir com o trabalho de leitura nas escolas da rede municipal de Goiânia. Esses objetivos serão perseguidos tendo por referência o discurso dos participantes envolvidos no trabalho das escolas pesquisadas.

Para este trabalho foram selecionadas cinco escolas da rede municipal nas quais foram feitas visitas regulares para observações e coletas de dados além de entrevistas com auxiliares da sala de leitura, professores, coordenadoras, diretora e alunos. Em consonância com esse processo, foram analisados documentos que orientam o trabalho com a leitura, projeto de formação de auxiliares da sala de leitura, projetos das escolas, além de entrevista com a coordenadora da equipe de sala de leitura da rede e de questionários enviados e respondidos por auxiliares de outras unidades educacionais, ampliando o corpus a ser analisado. Vale esclarecer que toda a pesquisa está direcionada ao espaço denominado sala de leitura e seus projetos com a leitura, sem a pretensão de considerar o trabalho docente com a leitura em sala de aula, para não correr o risco de perder o foco principal. A importância do uso da sala de leitura pode ser referendada por Pereira (2006, p. 45) quando atribui “ao papel da biblioteca como espaço privilegiado, em que se dá o encontro do leitor com as diversas formas de registro do conhecimento”. Essa premissa também é corroborada em reportagem intitulada *Recanto do Saber*, da revista Nova Escola de abril deste ano, (MARTINS, 2009, p.77) “Pesquisas feitas pelo governo federal nos últimos anos já detectaram uma relação clara entre o uso freqüente do espaço e o bom desempenho dos estudantes”. Essas considerações reforçam a necessidade de valorização da sala de leitura, pois à medida que são planejadas e desenvolvidas ações de leitura que possibilitem a familiaridade de livros, revistas, enciclopédias, dicionários etc., aos alunos o processo de ensino-aprendizagem fica facilitado e fortalecido.

Os aspectos abordados na pesquisa vão desde o espaço físico das salas de leitura até os projetos que, segundo o *corpus* analisado, têm realmente demonstrado efeitos positivos no que se refere à formação de leitores. Nesse universo vários enfoques são explorados: as

diretrizes que normatizam e orientam o trabalho nas salas de leitura da rede; o profissional que atua na sala de leitura com sua formação e especificidades de seu nível estatutário; o acervo em suas potencialidades, as formas de sua aquisição, sua acessibilidade, além de seu efetivo uso; os projetos de leitura voltados à formação do aluno-leitor, sua elaboração e execução; e por fim as alternativas para a sala de leitura.

Para a pesquisa foram usados os modelos básicos de coleta de depoimentos, tais como, entrevistas com gravação de áudio, questionários e visitas para observação e registro de dados sobre a sala de leitura. Todos os dados recolhidos foram transcritos e compõem os anexos desse trabalho. Nas perguntas de entrevistas e questionários, além daquelas direcionadas ao enfoque que se pretendia analisar nesse trabalho, foram elaboradas também outras com o intuito de criar um espírito de descontração e envolvimento com os instrumentos, tais como os hábitos de leitura, o interesse pela literatura e a importância da leitura na experiência de vida pessoal e profissional. Esse discurso, não explorado de forma mais detalhada em termos de análise do trabalho, contribui para demonstrar aspectos do perfil de profissionais e alunos como leitores.

A análise efetuada considera as respostas emitidas como discursos de sujeitos envolvidos no processo de leitura nas escolas da rede municipal de ensino. Nessa perspectiva, os argumentos são constitutivos de um processo duplo que encontra em curso, no qual ora poderão se constituir ambientes de leitura eficazes ora sofrerão revezes, levando a estados de estagnação. A metodologia refere-se, portanto, ao discurso que se encontra disseminado nas escolas sobre como a leitura vem sendo trabalhada na rede municipal a partir das ações desenvolvidas na/pela sala de leitura.

Na primeira parte desse trabalho, será esboçada uma breve fundamentação da importância social e pedagógica da leitura ao longo da história até os dias atuais. Inicia-se com um breve histórico das diferentes limitações sofridas pela leitura no seio da sociedade brasileira. A seguir, a leitura será enfocada em seus processos de educação escolar com as vicissitudes e mazelas que acompanham o processo de ensino-aprendizagem que marcam a atividade de leitura escolarizada. Pode-se considerar no meio escolar quase como opinião unânime que o espaço da biblioteca escolar contribui de forma significativa, como recurso de aprendizagem e de possibilidades para a formação de leitores. No caso deste trabalho, o objeto de pesquisa está relacionado diretamente à sala de leitura, sendo, portanto, o principal ponto a ser abordado nessa fundamentação.

2. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA SOCIEDADE

Durante seis meses, aos quinze anos, Ema sujou as mãos no pó dos velhos gabinetes de leitura. Mais tarde, com Walter Scott, apaixonou-se por coisas históricas, sonhou com armários, salas de guardas e menestréis. Quisera viver em algum velho solar, como aquelas castelãs de corpetes compridos que, sob os ornatos das ogivas, passavam os dias com o cotovelo apoiado ao peitoril e queixo na mão, à espera de ver surgir do extremo horizonte algum cavaleiro de pluma branca, galopando num cavalo preto.²

A protagonista da narrativa anunciada nessa passagem demonstra uma existência completamente influenciada pela leitura de romances ficcionais. A partir das histórias que lia, criava uma forma de vida que nada se assemelhava à sua vida real. Acabou por sucumbir às influências recebidas de um mundo romântico e irreal. Essa obra se constitui num exemplo da força extrema que as leituras podem exercer sobre a vida daquelas pessoas que se deixam influenciar por aquilo que lêem sem o devido discernimento entre ficção e realidade. Esse extremado poder da leitura não encontra a mesma facilidade para ser exercido na vida das pessoas nos dias atuais. São outros tempos e, portanto, outros modos de ler e de se envolver com a leitura.

Mesmo considerando as devidas proporções entre a personagem, leitora de romances e o leitor atual, a atividade humana de decodificação e atribuição de sentidos ao signo escrito, a leitura, tão comum e quase automática nas sociedades contemporâneas atuais, adquire um caráter relevante no enfrentamento da realidade cotidiana de todo cidadão. Ler nos dias em que vivemos não se constitui nenhum privilégio ou habilidade elitista, é necessidade coletiva. Verifica-se no contexto social grande importância da leitura para o exercício da cidadania e para a ampliação do conhecimento. O saber acumulado pela humanidade se encontra fundamentalmente na palavra escrita e, para adquiri-lo, torna-se incondicional fazer uso da leitura. Por isso, a leitura é importante na formação e sobrevivência do ser humano, pois, para

² FLAUBERT. *Madame Bovary*. Tradução de Enrico Corvisieri, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2002. p. 48.

que esteja em comunicação com seus semelhantes e informado sobre aquilo que ocorre no mundo, é necessário ler. A leitura é, portanto, uma condição humana.

Essa concepção de leitura está em consonância com a teoria do letramento, que defende a urgência de ações que ofereçam às pessoas, e principalmente aos alunos, instrumentos e habilidades para a atuação numa sociedade cada vez mais dependente da linguagem escrita. A concepção aqui defendida segue as definições elaboradas por Soares (2006, p. 42-43):

Letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir com a imprensa diária, fazer uso dela, selecionando o que desperta interesse, divertindo-se com as tiras de quadrinhos.

Letramento é usar a leitura para seguir instruções (a receita de biscoito), para apoio à memória (a lista daquilo que devo comprar), para a comunicação com quem está distante ou ausente (o recado, o bilhete, o telegrama).

Letramento é ler histórias que nos levam a lugares desconhecidos, sem que, para isso, seja necessário sair da cama onde estamos com o livro nas mãos, é emocionar-se com as histórias lidas, e fazer, dos personagens, amigos.

Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender-se lendo ou escrevendo (delinear o mapa de quem você é), e é descobrir alternativas e possibilidades, descobrir o que você pode ser.

A partir dessas definições de letramento, a teoria adquire sentido nas necessidades do ser humano da sociedade contemporânea. São recursos acessíveis por meio da leitura que lhe conferem autonomia diante de um ambiente vinculado inevitavelmente ao ato da decifração do código escrito. Sendo que o letramento lhe possibilitará ainda, meios para conhecer outros mundos sem necessariamente visitá-los fisicamente, além de facilitar o autoconhecimento.

A leitura enquanto atividade humana apresenta-se com caráter universal, pois possui sua trajetória histórica em tempos e povos distintos. É o que assevera Chartier (1999, p. 91), “Há leitores em Roma, na Mesopotâmia, no século XX. É uma invariante, sempre se leu ou nunca se leu o suficiente, isto depende do ponto de vista”. Têm-se então uma prática verificada nos tempos antigos e nos dias atuais. Os pesquisadores de leitura, porém, verificam que mesmo não sendo uma prática comum a todas as pessoas, ela sempre existiu nas sociedades civilizadas. O que sempre existiu, também, são as formas de se considerar maior ou menor o número de leitores no seio da população de cada época e de cada povo, conforme o ponto de vista de pesquisadores e educadores.

Essa importância social da leitura nos é ressaltada por Lajolo (2004, p.106):

Mas ler, no entanto, é essencial. E não apenas para aqueles que almejam participar da produção cultural mais sofisticada, dos requintes da ciência e da técnica, da filosofia e da arte literária. A própria sociedade de consumo faz muitos de seus apelos através da linguagem escrita e chega por vezes a transformar em consumo o

ato de ler, os rituais da leitura e o acesso a ela. Assim, no contexto de um projeto de educação democrática vem à frente a habilidade de leitura, essencial para quem quer ou precisa ler jornais, assinar contratos de trabalho, procurar emprego através de anúncios, solicitar documentos na polícia, enfim, para todos aqueles que participam, mesmo que à revelia, dos circuitos da sociedade moderna, que fez da escrita seu código oficial.

As sociedades, em sua grande maioria, vivem sob a vigência tácita de uma codificação escrita que estrutura o modelo de conduta existencial. Quando nasce, a criança passa imediatamente a ser identificada por algo que a diferencie dos demais recém-nascidos por meio de um código escrito que será decifrado pelas demais pessoas através da leitura. Seus pais ou responsáveis lhe conferirão cidadania mediante um documento civil que acompanhará toda sua vida terrena por meio de uma série de informações que lhe conferirão uma identidade individual que será decodificada pelo ato de ler. Ao longo da vida, essa pessoa travará um permanente contato com os códigos da linguagem escrita, com maior ou menor facilidade, adquirida normalmente nos meios acadêmicos escolares onde haverá o recorrente uso da leitura. Finalmente, para que seja considerada ausente, para sempre, da sociedade civil onde viveu seus descendentes registrarão em mais um documento escrito sua passagem para a condição definitiva. Este documento só adquire validade e reconhecimento com a atividade leitora de outras pessoas. A leitura está, então, presente em todos os passos do ser humano dos nossos tempos.

2.1. Fragmentos sobre a Leitura no Brasil

Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes das primeiras e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu, um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habitassem às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutecesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas. Um inferno. Resignei-me – e venci as malvadas. Duas porém, se defenderam: as miseráveis dentais que ainda hoje me causam dissabores quando escrevo.³

A partir da experiência vivida por um de nossos maiores escritores em seu livro *Infância* é possível ilustrar os caminhos da leitura no Brasil. Já nos primeiros anos do século XX ainda se alfabetizava com extremada rudicidade tornando o contato com a linguagem escrita em algo sofrido e doloroso. O ensinamento da leitura e da escrita para muitos brasileiros se dava tal

³ RAMOS, Graciliano. *Infância*. 12 ed., Rio de Janeiro: Ed. Record, 1977. p. 105.

como o uso de um remédio amargo que não possuía nenhum atrativo, mas apenas a recompensa da cura, que no caso da aprendizagem se traduzia no abandono à ignorância. Ler, por muitos séculos, neste país continental, não se constituiu numa atividade ensinada e facilitada para a maioria da população, pois não recebeu por parte das autoridades constituídas as devidas preocupações com seu ensino.

A primeira importante experiência educacional na colônia portuguesa, que foi o Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, foi estabelecida por meio de uma ordem religiosa da Igreja Católica, a Companhia de Jesus, que a justificava na necessária catequese dos povos nativos. É o que nos garante Lajolo e Zilberman (2002, p. 17):

O primeiro grande projeto educacional desenvolvido no Brasil resultou do projeto evangélico dessa política catequética, executado sobretudo pelos jesuítas, que aportaram na Bahia com o governador-geral Tomé de Sousa, em 1549, e aqui permaneceram até 1759, quando foram expulsos pelo marquês de Pombal. Nesses 210 anos, consolidou-se a prática pedagógica talvez mais marcante e bem documentada da história colonial brasileira, responsável pelo estabelecimento das condições dentro das quais leitura e escrita, como modelos de ação coletivos e institucionais, firmaram-se entre nós.

Essa prática pedagógica direcionada a apenas uma parcela da população e sem a orientação política dos administradores coloniais limitou um processo de alfabetização e de escolarização mais generalizado. Associada à educação dos nativos desenvolveu-se o ensino dos descendentes dos portugueses colonizadores. Dessa forma os jesuítas ensinavam também a população branca em fase de escolarização. Nas considerações de Lajolo e Zilberman (2002, p. 26), “Os jovens brancos também precisavam ser educados; (...) assim, assistiam às lições dos jesuítas ou permaneciam analfabetos, aprendendo eventualmente a ler, escrever ou contar com particulares”. Esses fatores contribuíram para a implantação de um modelo de leitura sob controle de uma instituição orientada sob uma doutrina religiosa com seus objetivos de expansão e consolidação da fé, que prevaleceu sobre outros interesses de cunho pedagógico.

A segunda experiência pedagógica desenvolvida no Brasil, ainda no período colonial, ocorreu em consequência da expulsão dos padres jesuítas de Portugal e das terras dominadas pelos portugueses. Essa medida efetivada pelo marquês de Pombal teve por inspiração as intenções políticas do governo português em aproximar o país e suas colônias à realidade capitalista européia. É o que considera Lajolo e Zilberman (2002, p. 31):

Portugal, que pilotou os descobrimentos no século XV, não foi capaz, entretanto, de promover sua revolução burguesa. Esta teve de aguardar quase 300 anos e não pode contar com o apoio da Igreja, que, dominada pelos jesuítas, de posições bastante conservadoras, impedia a modernização do país, só alcançada depois de 1759, quando o marquês de Pombal expulsou de Portugal e das colônias a Companhia de Jesus.

Em decorrência deste projeto administrativo que pressupunha aspectos políticos gerais a educação também recebeu fortes influências. No campo educacional foram efetivadas alterações, entre elas a mudança no currículo do ensino da língua portuguesa. Nas palavras de Lajolo e Zilberman (2002, p. 31) “Como os jesuítas controlavam o ensino, o governo promulgou imediatamente uma reforma educacional, reorganizando os estudos secundários e estabelecendo um novo currículo”. As medidas que objetivavam a mudança de paradigma da educação na colônia estavam dessa forma, por força de lei implementadas, mas faltavam as formas de implementação prática nos longínquos rincões sul-americanos.

A grande extensão territorial e a ocupação desordenada das terras brasileiras a partir do litoral quase sempre por meio de uma ação deliberadamente predatória, interferiram na trajetória irregular do ensino e conseqüentemente da disseminação das formas de leitura. Em vastas regiões do país, mesmo após a colonização e povoamento, praticamente não existiam escolas e raríssimas pessoas conheciam a atividade leitora. Relativamente presente nas localidades urbanas, há que se considerar que, para as populações rurais, que ainda constituíam uma parcela significativa do povo brasileiro, a leitura sempre se caracterizou por ser uma meta inatingível a praticamente quase todas as pessoas. Quando se era alfabetizado, mesmo que de forma rudimentar, não se alcançava a facilidade para a leitura fluente, pois faltava material impresso em forma de livros, jornais ou objetos similares.

A leitura no Brasil obteve considerável impulso com a vinda da família real portuguesa no final da primeira década do século XIX. Algumas áreas receberam avanços técnicos, entre elas a imprensa, que possibilitou a publicação de obras de escritores nacionais, que antes precisavam enviar suas obras para serem editadas na Europa. Já nessa época, com uma educação escolarizada nos principais centros urbanos, era possível notar a existência de um razoável público leitor. Esse importante avanço é comprovado nas palavras de Lajolo e Zilberman (2002, p. 77):

Só, entretanto, com a relativa modernização resultante da vinda de D. João VI em 1808 e, principalmente, com o amadurecimento do projeto de Independência estabeleceram-se condições objetivas para favorecer um novo modo de produção cultural. Apenas, portanto, no século XIX engendram-se no Brasil as primeiras e novas formas de público que, inicialmente ralo e inconsistente, aos poucos ganha personalidade e contorno diferenciados. Entre os anônimos leitores de folhetim e os assíduos freqüentadores de teatro, circulam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura.

Apesar de não extensiva à maioria da população, a leitura como prática cultural, era então considerada uma realidade. São jornais publicados, livros editados, peças de teatro produzidas e encenadas e um número crescente de escritores consolidando uma literatura com

inspiração nacional. É neste século que surgem grandes nomes do universo literário brasileiro. A presença dos anônimos leitores e do público leitor feminino reforça a existência da leitura como manifestação cultural. São avanços consideráveis, mas ainda não se pode atestar uma política educacional que promova e consolide a leitura para todo povo brasileiro.

Com a instituição do governo republicano ao final do século, novos parâmetros são incorporados pela sociedade brasileira, inspirados no modelo positivista que imperava no mundo ocidental. A educação formal escolarizada passa então a incorporar os anseios das classes trabalhadoras emergentes e da classe média como reivindicação de necessidade básica de ascensão social. É o que considera Magnani (2001, p. 21) “A educação se torna uma bandeira de luta, no período pós-republicano, (...) fazendo-se acompanhar de uma literatura especificamente escolar”. Entre as inconsistências e alternâncias políticas nas primeiras décadas do século XX a falta de uma política educacional continuada contribuiu para um trabalho pedagógico pouco efetivo com a alfabetização e a leitura no Brasil.

Em meados do século XX, chegou às cidades, e um pouco depois ao interior rural, uma grande novidade - a televisão. Complementando o grande fascínio que o já mantinha sobre as pessoas, essa grande invenção humana funcionou como mecanismo de acesso a uma linguagem até então desconhecida e apenas sonhada por muita gente, a linguagem fictícia que, em populações desenvolvidas e alfabetizadas por meio da linguagem escrita, advém da leitura de livros literários. Para um povo que por esses tempos já obtinha maior escolaridade formal se transformando em indivíduos alfabetizados ou semi-analfabetos, mas ainda com pouquíssimo acesso à leitura de histórias de ficção em material impresso, as novelas de rádio e posteriormente da TV fascinaram de forma mágica a curiosidade e a imaginação de milhões de pessoas. Essa peculiaridade da cultura do Brasil é considerada por Magnani (2001, p. 25-26):

De qualquer modo, pelo aumento significativo da população, cresce também o número de alfabetizados o que não significa obrigatoriamente que tenha aumentado, na mesma proporção, o número de leitores da literatura. Tanto porque o número de “leitores reais” é muito menor do que o já reduzido número de alfabetizados, como também pelo fato de com a educação escolar passarem a concorrer os meios de comunicação de massa e de modo tal que, quando as pessoas do povo (o “homem comum”) chegam finalmente à instrução elementar, buscarão – como de certo modo já o fazem, através da história em quadrinhos, dos desenhos animados, das novelas de rádio, revista e TV – satisfazer fora do [certo tipo de] livro suas necessidades de ficção e poesia, “passando” diretamente da fase folclórica para essa espécie de folclore urbano que é a cultura massificada.

Esse considerável atenuante circunstancial favoreceu para que uma educação pública limitada e insuficiente a uma demanda cada vez maior continuasse a delegar um papel secundário à leitura. Numa cultura do menor esforço e do poder da linguagem imagética,

outros meios de leitura acabam por desempenhar o papel da leitura de ficção impressa e de uma teórica (e porque não dizer também prática) mais elaborada e de difícil compreensão. Mesmo com uma oferta cada vez maior de livros, ainda se tem uma preponderância considerável das manifestações de cultura de massas com um teor de suprema preferência pelos meios de leitura midiáticos. As dinâmicas que possibilitam o entusiasmo na leitura de livros não acompanharam, ou nem iniciaram esse movimento, e continuam marcando passo nessa inglória concorrência com as outras maneiras de ler o mundo, ou de como o ser humano gostaria que fosse esse mesmo mundo de imaginação e fantasia.

A partir das décadas de 60 e 70, dependendo da região do país, acontece outro fenômeno social que acabou por interferir também no processo de escolarização no Brasil. Sem realizar, a exemplo de outros países, uma reforma no meio rural, camadas significativas da população foram “empurradas” para as cidades provocando o inchaço das periferias urbanas em consequência do êxodo rural. Esse movimento populacional desordenado acompanhado de nenhum planejamento político-administrativo interferiu diretamente na educação pública, pois em consonância com este acontecimento novas leis foram criadas com o objetivo de democratizar o acesso das camadas populares às escolas. A superpopulação em cidades desestruturadas para contemplá-la provoca uma “ocupação desordenada” nas escolas também sem planejamento para recebê-la. Várias mazelas do ensino brasileiro se evidenciam a partir dessa democratização forçada e entre elas um ensino que deixou à margem uma maior valorização da leitura, enquanto atividade básica de todo cidadão alfabetizado. Nas palavras de Soares (2004, p. 25):

Essa barreira ao acesso à leitura se concretiza não só por mecanismos de sonegação de material escrito às camadas populares, mas também por mecanismos de distribuição seletiva desse material, mecanismos que impõem a forma de consumo: livros, revistas, jornais para as classes dominantes, livros, revistas e jornais para as camadas populares. Não será certamente por acaso que a progressiva conquista da escola pelo povo – que propicia, sobretudo, o acesso à escrita, e, principalmente, à leitura – venha sendo acompanhada por esses mecanismos de sonegação e de distribuição seletiva, de modo que o acesso ao mundo da escrita vem significando, apenas, para as camadas populares, ou a aquisição de uma habilidade quase mecânica de decodificação/codificação (ao povo permite-se que aprenda a ler, não se lhe permite que se torne *leitor*), ou o acesso a universos fechados arbitrariamente impostos.

A leitura como prática livre e autônoma não se efetivou de forma ampla às camadas populares devido à sonegação ou a uma distribuição seletiva desse material. Não houve por parte do poder público um investimento na aquisição e na oferta de materiais escritos à população em geral. Exemplos concretos são verificados no alto valor de livros, jornais e revistas e nas raríssimas bibliotecas públicas a serviço das pessoas de baixo poder aquisitivo.

Somente em tempos bastante recentes são desenvolvidas políticas governamentais de aquisição de livros para acervos de bibliotecas escolares. Por muitas décadas bastaram para as políticas dos governantes as distribuições de cartilhas e de livros didáticos quase sempre de qualidade duvidosa. Devido a isso aos alunos da escola pública não foram franqueados os materiais que lhes permitiriam se tornar leitores na acepção moderna do termo, mas apenas decodificadores da palavra escrita.

Como consequência dessas políticas educacionais planejadas de forma extemporânea e com forte teor de manutenção da desigualdade social, sempre voltadas ao atendimento das necessidades mais urgentes, a leitura está, portanto, submetida aos equívocos políticos e pedagógicos históricos de ocasião.

2.2. A Leitura na Escola

Líamos muito em companhia. Páginas que não terminavam, de leituras delicadas, fecundas em cisma: Robinson Crusoe, a solidão e a indústria humana; Paulo e Virgínia, a solidão e o sentimento. Construíamos risonhas hipóteses: que faria um de nós, vendo-se nos apuros de uma ilha deserta?

- Eu, por mim, iniciava logo uma furiosa propaganda a favor da imigração e ia clamar às praias, até que me ouvisse o mundo.

- Eu faria coisa melhor: decretava preventivamente o casamento obrigatório e punha-me a esperar pelo tempo.⁴

A partir do fragmento da obra literária de Raul Pompéia, que conta a história vivida pelo protagonista em um colégio tradicional do Brasil, é possível perceber a prática da leitura nos meios escolares. São exemplos de textos literários que provocam a imaginação e estimulam a continuidade da leitura de outras obras semelhantes. Nessa perspectiva a escola é a instituição social, por excelência, onde o ser humano adquire o conhecimento e a habilidade da leitura. Para Kleiman (2002, p. 7) “a aprendizagem da criança na escola está fundamentada na leitura”. Nota-se então a associação intrínseca entre instituição escolar e leitura.

Essa concomitância não existe, porém, em toda a história da humanidade, mas principalmente a partir do advento das sociedades modernas estruturadas no sistema de produção capitalista. Nas palavras de Silva e Zilberman (2004, p. 12) “a propagação da escola e a valorização da alfabetização, enquanto a etapa básica e imprescindível do ensino, coincide com a instalação plena da economia capitalista e da sociedade burguesa”. A necessidade de se aprender a ler ou de ser alfabetizado para que se estude na escola, constitui-se, portanto, em

⁴ POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Biblioteca Folha; 16, 1997, p. 171.

um fenômeno dos últimos séculos. No Brasil, como já se referiu anteriormente advém da segunda metade do século XX.

Na recente história da educação brasileira foram elaborados e aprovados pelos órgãos e gestores governamentais em nível federal, no ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em seu volume 2 que regulamenta o ensino de Língua Portuguesa, temos, como função da escola em relação à leitura, de “viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (PCNs, p. 30). Ainda como funções da escola de Ensino Fundamental em todo o território nacional têm-se de acordo com esse mesmo documento a necessidade em “valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (PCNs, p. 42). Orienta-se assim o ensino de leitura para a vida em sociedade do aluno enquanto cidadão letrado e para que adquira o conhecimento do legado literário existente no idioma pátrio ou em outros idiomas com tradução em português.

O ensino de leitura pela escola e/ou a valorização da leitura no processo de ensino-aprendizagem na educação é confirmada por Silva e Zilberman (2004, p. 113):

Da sua parte a instituição “escola” ensina como ler, começando pela alfabetização e chegando ao estímulo, ao consumo, à fruição e à valorização dos produtos tidos como elevados, qualidade usualmente conferida à arte e à literatura. Por isso, a eficiência do ensino viabiliza ou não a socialização dos textos a que dá acesso, sendo que, em caso negativo, a escola acaba por comprometer sua própria continuidade.

Tal como atestam as prerrogativas definidas nos parâmetros nacionais, os autores alertam para o risco de inviabilidade do ideal ensino da leitura e do próprio êxito da instituição escolar, caso o trabalho não seja realizado seguindo uma política clara e definida desde a alfabetização ao leitor com fruição e conhecimento cultural. Em seguida denunciam: “sabemos que o trabalho com a linguagem e, conseqüentemente, o ensino da leitura nas escolas brasileiras vão de mal a pior” (SILVA e ZILBERMAN 2004, p. 113). A plena correspondência entre escola e leitura, segundo esses estudiosos da área, não se tem efetivado na realidade cotidiana das escolas do país.

Das evidências encontradas sobre a pouca eficiência do ensino no que se refere à leitura destaca-se o analfabetismo funcional. Problema social que se vislumbra, apesar dos consideráveis anos de escolaridade de parcela significativa da população. Frequentemente a escola, mas não se aprende a ler funcionalmente. É o que nos confirma Perini (2004, p. 79):

(...) A escola não está vencendo o desafio de alfabetizar funcionalmente a parcela da população que consegue chegar a ela. Dentro da parte da população que classifiquei de funcionalmente analfabeta se incluem muitos daqueles que ostentam vários anos de escolarização; tais analfabetos funcionais são encontrados pelo menos até o nível do segundo grau. Ou seja, embora se tenha conseguido nos últimos anos um aumento substancial na taxa de escolarização, a escolarização por si só não está dando uma contribuição decisiva à solução do problema.

A escola não tem conseguido realizar seu papel de ensinar os textos que possibilitam aos alunos compreender o funcionamento da sociedade que se rege pelo uso da escrita. As conseqüências desse analfabetismo são significativamente prejudiciais na medida que submetem as pessoas a uma situação de inferioridade social, isso as impossibilita de ter acesso a bens culturais restritos à população culturalmente letrada. Ainda nas palavras de Perini (2004, p.78): “nesta sociedade em constante transformação, o analfabeto funcional é uma criatura singularmente indefesa”. Algumas situações em que ficam evidentes essas limitações: assistir à exibição de um filme legendado, programas televisivos com tradução simultânea, ler um livro literário e até acessar informações na internet.

Uma das dificuldades da escola para ensinar o aluno a ler está relacionada ao tipo de material escrito selecionado ou disponível para que o aluno leia. É o que diz Perini (2004, 81):

Sabemos que o material escrito que chega às mãos dos alunos se compõe essencialmente de textos didáticos. Trata-se de material que, de certa forma, apresenta para eles um interesse imediato, na medida em que lhes possibilita, em princípio, melhorar seu desempenho escolar. No entanto, é singular o grau de desinteresse que os alunos mostram pelo livro didático.

Parte desse desinteresse pode ser oriundo de causas gerais, que contribuem para baixar o atrativo de qualquer atividade encomendada pela escola. Não obstante, mesmo em vésperas de exames, quando o livro didático deveria ser o recurso principal a ser procurado, os alunos relutam em recorrer a ele. O que acontece, evidentemente, é que se sentem incapazes de compreendê-lo; dependem quase que exclusivamente de aulas expositivas, consultas ao professor ou a outras pessoas, exercícios e outras muletas didáticas.

Esse tipo de material contraditoriamente acaba por contribuir com o ineficiente papel da escola no trabalho com a leitura funcional, apesar dos constantes esforços e recursos empreendidos pelos órgãos governamentais em propagandas de conscientização da população e dos alunos para o eficiente uso do livro didático. Em um primeiro aspecto, o texto didático se caracteriza como a única fonte de informação do conhecimento que o aluno deveria adquirir, mas, mesmo nessa função meramente imediatista, ele não tem sido adequadamente utilizado. O que nos aponta o autor é que esse tipo de material se torna incompreendido pelos alunos porque falta aos professores uma metodologia que possibilite um melhor aproveitamento dos recursos que o livro didático possibilita. Há uma completa dependência

de alguém mais capacitado para que os textos do livro didático sejam entendidos e cumpram sua função. Num segundo aspecto, os textos veiculados nesse material se tornam desinteressantes para os alunos e acabam por não serem lidos, deixando de gerar leituras motivadoras em outros materiais e não possibilitando a formação do indivíduo leitor.

Outro aspecto importante em relação ao trabalho com o ensino de leitura está relacionado a uma didática que, por priorizar atividades mecânicas, acaba por acentuar a idéia de que a leitura não constitui algo importante, ou de que o aluno que não consegue ler fluentemente os textos do livro didático não será capaz de se transformar em um cidadão leitor. Esses procedimentos teoricamente bem intencionados sonégam àqueles alunos que mais necessitam de um intensivo contato com a leitura a oportunidade de familiarizar-se com o material escrito por excelência. É o que denuncia Perini (2004, p.82):

Essas atitudes desfavoráveis à leitura já se começam a formar muito cedo, por volta da terceira série. Os primeiros fracassos levam rapidamente o aluno a fugir a novas oportunidades de ler. Ele não chega a descobrir, em suma, que o livro (ou o material escrito em geral) pode ser uma fonte de informações úteis, para a escola ou para a vida.

Outra dificuldade para ensinar e estimular a leitura na escola está relacionada aos difusos objetivos a serem alcançados com o exercício do ato de ler. Essa atividade nem sempre está fundamentada em projetos, políticas e metodologias que realmente busquem a formação do leitor. O porquê e o para quê o aluno deve ou deveria ler não estão devidamente delineados, e isso resulta em uma obrigação mecânica do fazer pedagógico. Tal como confirma Kleiman, (2002, p.30):

Cabe notar aqui que o contexto escolar não favorece a delimitação de objetivos específicos em relação a essa atividade. Nele a atividade de leitura é difusa e confusa, muitas vezes se constituindo apenas em um pretexto para cópias, resumos, análise sintática, e outras tarefas do ensino de língua. Assim, encontramos o paradoxo que, enquanto fora da escola o estudante é perfeitamente capaz de planejar as ações que o levarão a um pretexto pré-determinado (por exemplo, elogiar alguém para conseguir um favor), quando se trata de leitura, de interação à distância através do texto, na maioria das vezes esse estudante começa a ler sem ter idéia de onde quer chegar, e, portanto, a questão de como irá chegar lá (isto é, das estratégias de leitura) nem sequer se põe.

Para a autora, ler na escola, então, serve a vários procedimentos metodológicos, mas todos com enfoque na aprendizagem de outras habilidades e nenhum objetivando o ensino de leitura. O aluno não confere sentido algum em desenvolver a leitura de um texto enquanto aprendiz ou para estabelecer conexões com outras áreas de sua vida. Além do pouco efeito prático, a inexistência de estratégias claras das formas do como ler provocam o desestímulo à

busca de outras leituras, que não se restrinjam a meros exercícios mecânicos, pois essas modalidades de leitura se tornam distantes e praticamente inatingíveis ao aluno. Nas oportunidades em que essas leituras acontecem na escola nem sempre estão acompanhadas de um trabalho mais profundo de compreensão e interação com os conteúdos e mundos nelas retratados. Servem apenas para responderem a questões avaliativas pontuais ou para serem resumidas mecanicamente.

Enquanto política de valorização da leitura e importante ferramenta para que o trabalho de formação de leitores na escola possa ser desenvolvido com maior eficácia na aprendizagem, é necessário que se aproveite adequadamente o espaço denominado biblioteca escolar. Há que se explorar esse espaço de forma planejada, por meio de projetos consistentes de curto, médio e longo prazo. Uma proposta pedagógica de leitura concebe esse espaço como local privilegiado de conhecimento e entretenimento, pois disponibiliza a oferta de material escrito de pesquisa e aprendizagem. Além da leitura sempre relacionada ao cumprimento de tarefas de sala de aula, oferece a leitura prazerosa, descompromissada, geradora de outras leituras de mundo e de formação de seres humanos mais humanizados. A biblioteca da escola, desde que bem explorada por seus alunos, professores e pela comunidade vizinha, confere à escola maiores possibilidades na oferta de um ensino de qualidade e a seus usuários uma fonte inesgotável de cultura.

2.3. A Leitura na Biblioteca Escolar

A glória de um poeta depende, em suma, da excitação ou da apatia das gerações de homens anônimos que a põe à prova, na solidão de suas bibliotecas.⁵

Para o grande escritor argentino o artista da palavra será sempre avaliado ao longo dos tempos por leitores desconhecidos que conhecerão suas obras nas inúmeras leituras que realizarão de forma solitária na paz das bibliotecas. A glória será delegada ao autor, mas o reconhecimento do importante valor deve ir para o local em que a obra estará atemporalmente disponível a qualquer um desses leitores, a biblioteca. É o espaço democrático e gratuito do saber, da descoberta, da imaginação e do lazer às mãos daqueles que por ele procuram sem as prerrogativas da aquisição monetária.

⁵ BORGES, Jose Luis. *Otras Inquisiciones*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1974, (tradução livre) p. 291.

Desde os primórdios da história das bibliotecas, este espaço é consagrado sob um imaginário de templo do saber. A começar pela lendária Biblioteca de Alexandria, passando pelas míticas bibliotecas dos mosteiros da Igreja Católica Medieval, seguindo pelas fabulosas bibliotecas das primeiras universidades européias no advento do renascimento, até os dias atuais, com as atualíssimas bibliotecas virtuais, essa instituição mantém o grande reconhecimento de toda população mundial. Em todos os tempos e nos vários regimes políticos, doutrinários e sociais a biblioteca é uma instituição defendida e preservada. Esse significativo referencial não é diferente no mundo educacional que tem por essência a transmissão e aquisição do saber como meta e objetivo primordial. Há que se destacar que entre os critérios do Ministério da Educação no Brasil a existência de uma biblioteca com um número específico de volumes (de acordo com o curso) é imprescindível para que sejam autorizadas aberturas de novos cursos nas faculdades e universidades que pleiteiam a ampliação ou criação destes cursos.

Os PCNs em suas orientações para o trabalho com a leitura definem a importância dessa ferramenta na escola “As bibliotecas – escolar e de classe – são, nessa perspectiva, fundamentais para um trabalho como o proposto por este documento” (PCNs, p. 92). Oriente-se um trabalho na perspectiva do uso de material com textos autênticos, que sejam originais com autenticidade e autorias comprovadas. Dessa forma o documento orienta os gestores públicos para a necessária existência da biblioteca escolar, além da instrumentalização e aperfeiçoamento de seus acervos em todas as escolas públicas do país. Assim se torna possível aos professores e alunos o acesso e o uso de materiais escritos ou visuais autênticos, sempre que necessários, ao trabalho de ensino-aprendizagem de leitura.

Em documento mais recente intitulado *Biblioteca na Escola*, a Secretaria de Educação Básica, órgão do MEC, resgata essa necessidade. Segundo Pereira (2006, p. 9):

O ideal é que a escola tenha um local destinado ao armazenamento de livros e de outros suportes impressos que permita vivenciar a experiência da leitura em um espaço privilegiado como a biblioteca ou a sala de leitura. É importante prever esse espaço no momento da construção ou reforma dos estabelecimentos de ensino. Uma biblioteca bem organizada, especialmente construída ou reformada para acolher livros e seus leitores é, com certeza, o primeiro estímulo para a leitura.

Para os elaboradores desse documento e também das políticas de leitura do governo federal, não é concebível que uma nova unidade de ensino seja construída sem a previsão do espaço para a biblioteca escolar e se, no tempo da construção, essa falha foi cometida, não se deve esquecer de remediá-la em uma possível reforma. Tal como em um estabelecimento de

saúde com estrutura para atendimento hospitalar não se deve prescindir de um centro cirúrgico, uma escola também não pode ser projetada, construída e inaugurada sem sua biblioteca.

O espaço físico é importante, mas por si só não garantirá a vitalidade da biblioteca na escola. Além da destinação do local também se torna importante à dotação do mesmo com os materiais imprescindíveis e a organização desse local para a execução de um projeto de leitura que possibilite a estimulante experiência de leitura a seus usuários. Entre os variados componentes para a adequação da biblioteca está inicialmente o acervo de obras e materiais. Nas definições dos PCNs (1997, p. 92):

Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros. Além dos materiais impressos que se pode adquirir no mercado, também aqueles que são produzidos pelos alunos – produtos dos mais variados projetos de estudo – podem compor o acervo da biblioteca escolar: coletâneas de contos, trava-linguas, piadas, brincadeiras e jogos infantis, livros de narrativas ficcionais, dossiês sobre assuntos específicos, viagens, revistas, jornais, etc.

Os parâmetros curriculares defendem a leitura de textos de gêneros vários e também que possam ser veiculados em diferentes instrumentos. As obras literárias, que por tradição na educação brasileira, aparecem como leitura legitimada para o ensino na escola, somam-se também a outras modalidades de materiais escritos que são imprescindíveis à leitura e à pesquisa, tais como as enciclopédias, dicionários, jornais, revistas etc. Além disso, a leitura também pode ser efetuada em materiais com textos em áudio e vídeo possibilitando uma exploração da linguagem oral associada ao recurso visual. Nesse sentido, o que deve prevalecer é a qualidade e variedade dos veículos portadores dos textos, mesmo que não haja volumes em grande quantidade, fato que, para muitos, teria maior importância na biblioteca.

Ainda, segundo as orientações dos PCNs, à própria escola, através de seu trabalho pedagógico, cabe complementar o material de leitura na biblioteca. Isso acontecerá, à medida que as produções de seus alunos forem direcionadas à composição do acervo para que sejam também destinadas à leitura por parte de alunos de outras etapas, de outros turnos, em anos seguintes, e também pelo público em geral, usuário desse espaço educativo e cultural. É uma oportunidade para que sejam valorizados a criatividade, o conhecimento, a participação e o envolvimento dos educandos com o projeto de leitura da unidade escolar.

Considerando essas definições dos PCNs, a educação pública no Brasil deveria manter em suas escolas uma biblioteca que tivesse como prioridade a existência de livros e outros

materiais com grande diversidade de gêneros textuais. Na literatura: contos, poesias, romances, cordel; na pesquisa: dicionários, enciclopédias, gramáticas, almanaques; nos periódicos: jornais, revistas, revistas em quadrinhos; ainda a oferta de jogos diversos para o trabalho com o lúdico e a aprendizagem por meio de metodologias que proporcionem a interação. Cabe então aos profissionais da escola, subsidiados pelos gestores públicos a elaboração de projetos que tenham como compromisso o uso da biblioteca como importante ferramenta pedagógica na formação de alunos leitores.

Nessa preocupação em relação ao adequado uso da biblioteca escolar, define os PCNs (1997, p. 92):

O papel da escola (e principalmente do professor) é fundamental, tanto no que se refere à biblioteca escolar quanto à de classe, para a organização de critérios de seleção de material impresso de qualidade e para a orientação dos alunos, de forma a promover a leitura autônoma, a aprendizagem de procedimentos de utilização de bibliotecas (...) e a constituição de atitudes de cuidado e conservação do material disponível para consulta (...) Mais do que isso: deve possibilitar ao aluno o gosto por frequentar aquele espaço e, dessa forma, o gosto pela leitura.

A tarefa é, portanto, de quem atua diretamente com os alunos matriculados em cada escola, pois, apesar de haver nas políticas governamentais procedimentos que direcionam e contribuem na elaboração de projetos e propostas concretas de práticas de ensino que valorizem a biblioteca no trabalho com a leitura, cabe à gestão e ao corpo docente a responsabilidade principal. A seleção do tipo de material a ser explorado, as práticas didáticas de leitura para autonomia do aluno-leitor e as estratégias de como usar a biblioteca com dinamicidade enquanto conduta que seja agradável além de necessária, devem ser planejadas a cada ano letivo e avaliadas periodicamente para as devidas adequações. Não bastam ações esporádicas, mas sim projetos pedagógicos duradouros e consistentes que possam ser re-planejados e modificados sempre que necessário, mas que também possam apresentar resultados motivadores na formação de leitores.

No mundo real das escolas públicas brasileiras, nas quais estudam, em sua maioria, os filhos da classe trabalhadora, nem tudo transcorre tal como preconizam os documentos oficiais. Ainda se tem muitos entraves na adequação e funcionamento das bibliotecas escolares. Em muitas escolas esses espaços inexistem, estão fechados ou ainda sub-utilizados. Nas palavras de Soares (2004, p.24):

E isso porque o acesso a esse mundo, para as camadas populares, não vai, em geral, além daquele primeiro e fundamental passo, que é a alfabetização; após essa, dificulta-se (impossibilita-se?) o acesso à leitura: Onde as bibliotecas públicas? Onde as

bibliotecas escolares? Nas instituições de ensino que servem às camadas populares (...)? Onde o livro a preço acessível?

Depoimentos de professoras de crianças pertencentes às camadas populares:

- A biblioteca está fechada, pois está em fase de reorganização. A pessoa encarregada da biblioteca é uma professora afastada da regência de classe, e não tem a formação adequada nem fez o curso de auxiliar de biblioteca.

- Nossos alunos não podem frequentar a biblioteca, que está fechada, e o acervo nela existente é de livros muito antigos, defasados ortograficamente. Assim, é impossível dar aulas de leitura recreativa.

- A biblioteca da escola está em fase de reorganização, portanto, está fechada para os alunos. Nossos alunos são muito pobres e não podem adquirir os livros. Eu não dou aula de leitura recreativa por esses motivos.

Evidencia-se na argumentação da autora o viés ideológico da sonegação às camadas populares do acesso à leitura, que se constitui em um dos bens culturais que deveria ser universal, mas que, devido ao barateamento do ensino destinado a esse público, as oportunidades de oferecê-lo não são disponibilizadas. Para os alunos dessas escolas, segundo a autora, as portas ao mundo da cultura escrita, que lhes possibilitariam um maior conhecimento do mundo, estão fechadas, pois lhes falta o acesso ao material escrito de qualidade comumente oferecido pela existência da biblioteca escolar. Infelizmente, ainda faltam a muitas escolas, os meios básicos para o bom funcionamento das bibliotecas escolares.

Nos depoimentos das professoras, temos a clareza de quão distante estão os documentos oficiais da realidade escolar. Bibliotecas fechadas ou em reformas intermináveis, profissional responsável sem o devido preparo, sem formação específica ou até sem mais condições de trabalhar com os alunos, acervo limitado e defasado etc. Ainda aparece como dificuldade complementar o fato de os alunos (e seus pais) não possuírem recursos para adquirirem livros. Todos esses fatores contribuem para que a leitura e a biblioteca deixem de cumprir o seu papel.

Outra dificuldade na educação pública fica demonstrada, nos depoimentos colhidos para ilustrar a análise da autora: o despreparo das educadoras que responderam às questões. Essa deficiência se reflete na pouca criatividade na busca de textos complementares, materiais alternativos, ou de livros provenientes de outras fontes para o trabalho de leitura com seus alunos. Por isso “não dão aulas de leitura recreativa”, impossibilitando aos alunos o contato com os textos literários, jornalísticos ou lúdicos provenientes de obras completas e de origem comprovada. Empobrece-se assim um ensino que normalmente já demonstra efetiva fragilidade em seu currículo e limitações em suas aulas.

Como consequência de uma educação tradicional, tem-se por parte de professores e alunos, maneiras diferentes de conceber uma visão adequada de biblioteca. Uma das mais comumente disseminada é aquela que defende a leitura realizada sob um manto de ordem e disciplina, onde o silêncio é fator imprescindível. É a leitura sacralizada num templo também

sacralizado – a biblioteca. Uma possível origem para essa forma de pensar pode estar nos tempos medievais. Segundo Chartier (1998, p. 78) “A instauração obrigatória do silêncio nas bibliotecas universitárias na Idade Média central vai na mesma direção. Encontramos, nas bibliotecas esta mesma idéia de um comportamento que deve ser regulado e controlado”. Para o autor, a disciplina efetivada no silêncio obrigatório era comum nas bibliotecas das universidades da época. Esse procedimento ultrapassou séculos e continentes e prevalece em pleno século XXI. Naqueles tempos, os documentos e livros mantidos pela Igreja e preservados sob rígida disciplina, retratada de forma brilhante na obra literária *O Nome da Rosa* de Umberto Eco, justificavam o pleno poder da instituição religiosa na manutenção e transmissão do saber.

Mesmo depois de transcorridos mais de cinco séculos, da laicização do ensino, do surgimento de inúmeras religiões e da expansão infinita das bibliotecas, essa concepção sobrevive nas escolas brasileiras. O princípio em sua essência não se constitui em algo prejudicial, porém restringe esse espaço rico de cultura em mero ambiente de meditação, sem vida e com pouquíssimas opções de atratividade aos adolescentes e jovens da atualidade. A disciplina e o silêncio inibidor assusta e espanta alunos ainda pouco afeitos a essa calma que não lhes é familiar. É preciso então superar essa idéia redutora para aproximar a biblioteca de um lugar onde possa acontecer o intercâmbio de leituras e onde várias outras atividades culturais possam acontecer com o intuito de promover a leitura e formar futuros leitores. Essa recomendação de tornar o ambiente da biblioteca em espaço vivo de várias modalidades de leitura é referendada por Pereira (2006, p. 45):

(...) ao papel da biblioteca como um espaço privilegiado, em que se dá o encontro do leitor com as diversas formas de registro do conhecimento. É nesse espaço, também, que pode se estabelecer o diálogo entre os indivíduos que compartilham informações, impressões, experiências. É importante que esse local seja agradável e ofereça condições para a interação entre os sujeitos e para a apropriação de informações por parte dos leitores. Quanto maiores as oportunidades de diálogo, tanto melhores serão as trocas de experiências. Quanto maiores as oportunidades de leitura, maiores serão, também, as possibilidades de se formar leitores autônomos.

A intenção fundamental se relaciona à necessidade de que o diálogo se estabeleça. A leitura que eventualmente tenha sido realizada individualmente deve se tornar conhecida e compartilhada por outros leitores que também comunicarão suas próprias leituras. Outras leituras podem ser desenvolvidas de forma coletiva com momentos distintos, para posterior troca de compreensões e possíveis entendimentos diversos. Nessas ocasiões, são referentes a uma mesma obra, um mesmo autor, um mesmo tema, ou um mesmo gênero. Aposta-se na troca contínua de experiências para que um leitor contribua com seu entusiasmo, sua motivação, seu interesse, sua fluência etc., na constituição de grupos cada vez mais significativos de leitores e

frequentadores da biblioteca. O ponto de culminância de todo o processo é a leitura autônoma que seja não apenas do acervo da biblioteca, mas sim de todas as possibilidades de leitura no dia a dia.

A partir de uma realidade onde faltam as condições básicas para se estruturar a biblioteca escolar em todas as escolas públicas, os governantes responsáveis, em princípio, por essa incumbência adotam nos últimos anos possibilidades para se criarem espaços alternativos que substituam pedagogicamente essa biblioteca. Esses espaços denominados “sala de leitura” cumpririam a missão de conservar/guardar os livros e servir de espaço de leitura e de pesquisa aos estudantes e à comunidade escolar. O documento *Biblioteca na Escola*, ao destacar a dificuldade em se estruturar bibliotecas escolares, orienta: “Isso, no entanto, nem sempre é possível. Mas existe a possibilidade de se fazer adaptações e encontrar soluções criativas de forma a oferecer a alunos, professores e à comunidade escolar um lugar agradável e prático para a leitura e guarda organizada de livros e periódicos” (PEREIRA, 2006, p. 9).

Dessa forma, institui-se a possibilidade de que sejam estruturadas nas escolas salas onde seja possível o trabalho pedagógico de leitura, mas que, não necessariamente, cumpram todas as exigências de uma biblioteca tal como regem as normas oficiais. Entre elas estão a necessidade da presença de um profissional com formação específica, o biblioteconomista, para atuar nesse ambiente; um acervo mínimo suficiente para a demanda; um espaço físico adequado etc. O espaço de trabalho pedagógico com a leitura fica dessa forma garantido, apesar das deficiências advindas da maleabilidade na estruturação, abertura e o funcionamento da sala de leitura nesses locais.

Com essa política alternativa para a leitura nas escolas públicas do país abre-se às gestões estaduais e municipais a oportunidade de realizarem simples e pouco onerosas adequações nas antigas bibliotecas escolares e instituírem as salas de leitura nesses espaços. Também nas novas escolas que porventura forem construídas o espaço delegado à antes biblioteca agora passa a ser construído para o funcionamento da sala de leitura.

2.4. A Sala de Leitura na Escola Municipal

- Não esquecesse, o papá, dos filhotes de periquitos, que ficavam lá no fundo do grotão, entre as macegas espinhosas de “malícia”, num cupim velho do pé de maria-preta. Não esquecesse... (...) – Ora deixassem lá em paz os passarinhos. Mas aquele dia assentava o Janjão a sua primeira dezena tristonha de anos; e pois, não valia por tão pouco amuá-lo. (...) Então, sem vacilar, num movimento ainda mais brusco, apoiando

a mão molesta à casca carunchosa da árvore, decepou-a noutro golpe, cerce quase à juntura do pulso.⁶

Esses fragmentos representam três passagens do conto “Ninho de Periquitos” do escritor goiano Hugo de Carvalho Ramos, o primeiro a publicar as histórias da gente goiana no cenário nacional. Neles temos o motivo que desencadeia o conflito na história, o pedido do filho ao pai para que trouxesse os filhotes de periquitos; a dúvida em atender o pedido do filho, seguida da decisão em levá-los; o desfecho e clímax da história com a mão decepada num gesto decisivo que interrompe a circulação sanguínea do veneno da urutu assassina. Uma narrativa dramática que representa um tempo de heroísmo do homem do campo diante das forças da natureza. Um exemplo de cultura genuinamente local ou regional. Literatura ainda por ser conhecida pelos alunos de uma capital que carrega em seu imaginário cultural uma tradição de povo interiorano.

Para um trabalho que tenha entre seus objetivos a intenção de resgatar e valorizar a cultura dos alunos, da rede municipal de Goiânia, este é apenas um exemplo que pode ser explorado na literatura regional. A obra que contém este conto, além dos demais contos que compõem a coletânea, foi distribuída, em projeto de ampliação do acervo, tornando possível a alunos, professores e toda a comunidade escolar conhecê-la, bem como outras obras de escritores de Goiás.

Apesar dessa constatação, que considera alternativas de leitura possíveis, ainda temos também na rede municipal de ensino de Goiânia, a existência de escolas com espaços precários destinados ao trabalho com a leitura. Essa realidade é corroborada em documento do MEC – Secretaria de Educação Básica, intitulado “Por uma Política de Formação de Leitores”, que se baseia em pesquisa desenvolvida no ano de 2005 pela Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural - ALPAC, em 196 escolas de Ensino Fundamental localizadas em 19 municípios de oito estados. Nesse material foi constatado por Berenblum (2006, p.20):

Em grande parte das escolas, o espaço da biblioteca não existe como tal, sendo substituído por *salas de leitura, cantinhos* etc. Compondo o conjunto arquitetônico de prédios escolares é bastante rara, mesmo porque, quando se fez presente desde a planta de construção acabou, com a dinâmica escolar, sendo “aproveitada” como sala de aula, por ser esta, muitas vezes, tomada como mais importante do que uma biblioteca. De modo geral, as chamadas bibliotecas tratam-se de salas ou espaços mal adaptados, mal pintados e mal iluminados, que nada tem de atrativo, além de afirmar a idéia de impossibilidade da livre escolha de obras da preferência do aluno, tanto porque os responsáveis não trabalham por essa concepção de interesse, quanto porque nas prateleiras, muitas de difícil visualização do acervo, há acúmulo de livros didáticos e de obras sem atrativo para o público das escolas de Ensino Fundamental.

⁶ RAMOS, Hugo de Carvalho. *Ninho de periquitos* in *Antologia do conto goiano I*. Goiânia: CEGRAF/UEG, 1992, p. 49-50.

A falta da estrutura física ou a escolha feita pela escola em ocupar o espaço destinado à biblioteca já se demonstra como sendo uma opção com poucas possibilidades de retorno. A improvisação e a adequação rudimentar da sala de leitura acaba por se tornar a regra. Todos os fatores contribuem para uma inadequação generalizada desse espaço: local sem atrativos visuais e de nenhuma comodidade; a inexistência de um trabalho pedagógico que motive a leitura autônoma de obras atraentes pelos alunos; o acervo formado por obras pouco adequadas a faixa etária e o período de estudo dos adolescentes; a presença excessiva de livros didáticos sem uso e desatualizados. Esse quadro funciona, então, como forte efeito desestimulador de um trabalho real na formação de leitores.

Associada às limitações abordadas no parágrafo anterior, tem-se a situação de escolha e modulação do profissional para as salas de leitura. Verifica-se então nesse local, segundo Berenblum (2006, p.21) “a inexistência quase total de bibliotecários com formação”, aparecendo assim a presença “de professores readaptados, ou seja, desviados de função por problemas de saúde”. A opção não se dá pelo profissional capacitado com habilitação e formação para essa área da educação, mas sim pelo reaproveitamento de um profissional que não se encontra em condições de desenvolver nenhuma ação pedagógica com os alunos. Fica dessa forma camuflada uma decisão política de não valorizar esse espaço na educação, pois facilita a condição do profissional em não assumir funções realmente pedagógicas de efetivo contato com os alunos da escola e assim a sala de leitura se torna obsoleta.

Quando esses entraves são razoavelmente superados com boa vontade e empenho, ainda surgem barreiras de uma prática pedagógica equivocada no aproveitamento e uso do acervo de obras disponíveis. Esses equívocos são considerados por Berenblum, (2006, p.21):

A pesquisa revelou que a ausência de uma política de formação de leitores e de esclarecimentos suficientes aos professores sobre a utilização de acervos literários do PNBE em sua prática pedagógica gerou uma não-diferenciação das especificidades do livro didático, paradidático, obra de referência e livro de literatura. A lógica – que se percebeu – de tratamento das obras literárias deixou de valorizar o lúdico, a fantasia, a imaginação, para enformar a fruição do gênero literário nos moldes escolares. Nesse aspecto, cabe destacar que, embora a literatura para as faixas etárias correspondentes ao Ensino Fundamental dirija-se a crianças, adolescentes e jovens – categorias que definem gostos, interesses, escolhas, sonhos, modos de perceber a realidade e com ela interagir, mediados por construções simbólicas e próprias da imaginação – na prática escolar essas marcas se apagam.

A referida pesquisa não trata de um estudo específico do município de Goiânia, mas mostra realidades semelhantes e pode servir de referência a essa abordagem. A prática pedagógica, aqui, se mostra equivocada quando, inicialmente, não faz distinção clara entre os diferentes gêneros de obras à disposição. Aspectos fundamentais deixaram de ser explorados,

tornando leituras, que poderiam ser motivadoras, em algo pouco interessante, sem graça, sem fantasia, sem imaginação, sem criatividade etc. Por não considerar as leituras literárias em sua categoria específica, tais obras são confundidas com outras leituras de teor meramente didático. Confirmando o próprio texto de Berenblum, verifica-se que falta uma política clara para formação de leitores, além de pouco ou quase nenhum preparo do profissional responsável para a condução do trabalho pedagógico com a leitura. Comprova-se assim, a necessidade em se planejar ações de leitura que levem em conta o público estudantil, a quem a sala de leitura atende, a capacitação do profissional responsável e dos professores envolvidos, o conhecimento das obras constantes do acervo, a criteriosa seleção do tipo de gênero a ser utilizado no trabalho e acima de tudo o envolvimento dos principais interessados na leitura, os alunos.

Na rede municipal de ensino de Goiânia essa preocupação encontra-se contemplada no documento denominado Proposta Político-Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência (Resolução no. 214, de 9/12/2004), que estabelece os fundamentos básicos para o trabalho com os Ciclos de Formação Humana. Apesar de não apontar nenhuma definição específica para o trabalho com a leitura na sala de leitura e/ou em outros espaços, a proposta apresenta a modalidade do trabalho por meio de projetos. Segundo o documento da Secretaria Municipal de Educação (2004, p.55):

No esforço de construção de novos caminhos é que se tem estimulado a busca de prazerosas experiências dos educandos com o saber elaborado socialmente e sistematizado, em que os aspectos sociais, biológicos, psicológicos, culturais e afetivos sejam imprescindíveis para o desenvolvimento integral do ser humano. Nesse sentido as escolas organizadas em ciclos têm optado pelos “Projetos de Trabalho” como formas de organizar e trabalhar os conhecimentos, provocando uma redefinição dos tempos, dos espaços e dos processos educativos. Projeto de trabalho é a opção metodológica mais presente na RME e fundamenta-se na participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de construção do saber (alunos, professores, pais), em todas as suas etapas.

Percebe-se, pelo texto acima, que a aquisição pelos alunos do saber acumulado pela humanidade deve ser uma meta a ser alcançada pela escola da rede municipal e, para que se alcance esse objetivo, torna-se necessário que a escola organize os projetos que facilitarão esse trabalho pedagógico. No processo de planejamento e elaboração desses projetos, a participação dos envolvidos deve ser priorizada e facilitada para que haja aquiescência real na execução daquilo que for projetado.

A metodologia de projetos, segundo o texto, já é uma realidade nas escolas do município e é desenvolvida com dinâmicas variadas. Nessa perspectiva, as unidades educacionais possuem autonomia para elaborarem projetos de formação de leitores a partir de sua própria realidade e

contando com as condições de suas salas de leitura, de seus profissionais e levando em consideração a participação de seus alunos e de sua comunidade. Para isso, a estrutura e o acervo da sala de leitura adquirem considerável importância no momento de se definir todas as etapas de como serão desenvolvidos os projetos de leitura na escola.

É através dos discursos e das práticas disseminados no meio educacional brasileiro, e no caso deste trabalho, na educação municipal da cidade de Goiânia, que se torna possível o estudo das metodologias para o trabalho na formação de leitores. Nem sempre o discurso dos órgãos que direcionam as políticas na educação pública são adequadamente assimilados pelos professores e demais profissionais que atuam no dia-a-dia das escolas. O próprio discurso defendido por estes indivíduos nem sempre se efetiva em ações práticas nas ações didáticas e pedagógicas. Aquilo que se fala sobre educação e sobre leitura, em boa parte dos casos, são manifestações do que se gostaria que fosse realizado, mas que ainda não se transformou em práticas reais no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem. Existem, porém, exemplos de sintonia entre o discurso que se defende e a ação prática desenvolvida com os alunos nas salas de leitura para que se diminuam as limitações com a leitura e para tornar essa atividade em algo autônomo, lúdico e prazeroso.

Essa abordagem do ensino de leitura, no que se refere a seus entraves e possibilidades, pode ser estudada à luz dos estudos e teorias lingüísticas. Em relação à Lingüística Geral, essa abordagem, acompanha a mudança de paradigmas ocorrida na segunda metade do século XX com o surgimento das correntes lingüísticas, que se tornaram conhecidas e estudadas como funcionalistas. Esses estudos da linguagem apresentam como característica inovadora, o fato de compreender essa linguagem enquanto detentora de uma função na comunidade de falantes da língua e não mais como estrutura autônoma independente de quem, de como, de quando, ou de onde o usuário faça uso do código lingüístico.

Para uma melhor compreensão desse amplo universo lingüístico que se constituiu em diversas teorias de análise do fenômeno da linguagem humana, faz-se necessária uma breve reflexão acerca dessa abordagem.

3. A ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM E A LEITURA

Mas eu que falo, humilde, baixo e rudo,
De vós não conhecido nem sonhado?
Da boca dos pequenos sei, contudo,
Que o louvor sai às vezes acabado;
Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiência misturado
Nem engenho, que aqui vereis presente,
Cousas que juntas se acham raramente.⁷

Nessa passagem que compõe os últimos versos da famosa epopéia da literatura portuguesa, o poeta assume a narrativa para estabelecer seus rogos ao rei D. Sebastião a fim de obter o devido reconhecimento pelo enaltecimento das glórias portuguesas. Além da pretensão do escritor em ser reconhecido há também a vaidade em apresentar seus excelentes predicados da experiência e do engenho demonstrados na elaboração dessa obra prima. Existe então, dessa forma, o pedido em forma de recompensa pelo grande feito.

A linguagem nesse clássico cumpre a função de comunicar às gerações futuras as grandes façanhas do povo lusitano em conquistar terras e riquezas em seus tempos de glórias. Várias são as interpretações que podem ser feitas a partir dessa epopéia de Camões: a descoberta de novos caminhos marítimos e das artes da navegação, a ampliação da visão mundial com os novos continentes, a invasão cultural do povo europeu e português sobre a cultura de outros povos, a exploração das riquezas dos africanos e asiáticos pelos portugueses etc., mas, sobretudo, caracterizar a forma como a linguagem é usada na obra, que é a de comunicar feitos históricos.

A defesa da linguagem como veículo de comunicação parte de uma concepção desenvolvida a partir da célebre classificação do linguista Jakobson que se baseia em um esquema com seis funções comunicativas para a linguagem. Elas são: função referencial, função expressiva ou emotiva, função conativa, função fática, função metalingüística e função

⁷ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 321.

poética. Apesar das críticas feitas a essa classificação e à categorização desse estudo enquanto estruturalista, ela influenciou positivamente os estudos funcionalistas da segunda metade do século XX.

Um dos fatores que possibilitou a abordagem funcionalista foi a ruptura com a visão da linguagem enquanto sistema autônomo. Tal como afirmam Berlinck, Augusto e Scher (2001, p. 211):

A abordagem funcionalista vê a linguagem como um sistema não-autônomo, que nasce da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar o conhecimento e que está continuamente se modificando para cumprir novas necessidades comunicativas. Para os funcionalistas, o fato de a comunicação ser uma função essencial da linguagem determina o modo como a língua está estruturada.

A linguagem nessa concepção serve à comunicação dos indivíduos em suas necessidades de relacionamento comunitários dentro de suas capacidades e limitações. Enquanto mecanismo que possibilita a aquisição do saber e do conhecer mais e melhor a linguagem está sempre se modificando. A língua se estrutura, portanto, para cumprir sua função de facilitar e estabelecer a comunicação entre os falantes.

Nessa dinâmica funcional da linguagem, a leitura se encontra inserida para, por meio dos diferentes gêneros textuais, estabelecer a comunicação da palavra escrita e também da expressão oral. Nas palavras de Silva e Zilberman (2004, p.113)

A linguagem possibilita a existência de objetos a serem lidos, que podemos chamar de “textos”, envolvendo todas as suas manifestações possíveis e aceitas na qualidade de formas de comunicação entre as pessoas. Assim, a leitura, quando produzida, confirma a existência da linguagem, ao facultar e expandir sua circulação entre todos os setores da sociedade.

Para os autores, a atividade leitora veicula a linguagem em forma de comunicação entre autores e leitores por meio dos objetos textuais. Além disso, torna possível a expansão da linguagem no seio de toda a sociedade leitora ou para aqueles que tomam conhecimento desses textos através de quem possui a faculdade da leitura. Nesse sentido a função da leitura seria facultar e expandir a linguagem a seus usuários manifestada na diversidade textual. Seu papel se constitui essencialmente de caráter social.

Nessa perspectiva do importante papel da leitura na sociedade, o enfoque que se busca aqui está diretamente relacionado aos estudos do discurso sobre leitura e suas contribuições na aprendizagem escolar. Não se trata evidentemente de se restringir a uma mera utilização simplista, mas sim de uma tentativa de apropriação da riqueza de análise que já se tem

desenvolvido nos estudos da linguagem sobre o discurso e suas implicações no que diz respeito a essa importante atividade humana que é a leitura.

3.1. O Discurso e a Leitura

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.⁸

Com as palavras do jagunço Riobaldo que reconta sua vida, agora já na condição de fazendeiro do interior de Minas, tem-se um dos inúmeros exemplos de como o herói de Guimarães Rosa vê o mundo e os seres humanos vivendo nele. Para o narrador protagonista, da saga tipicamente nacional dos sertões, dominados por coronéis e seus jagunços, as pessoas nunca estão prontas, pois seguem sempre mudando e aprendendo com as experiências que este mundo lhes proporciona. Segundo seu ponto de vista, isto é positivo e bonito, porque garante uma existência adequada a cada circunstância a que o homem vai sendo submetido do nascimento até a morte.

Nessa ínfima passagem, numa obra que se sabe ampla em páginas e significados, há reflexos do discurso do personagem-narrador que se faz ouvir da primeira expressão “Nonada” à última “Travessia” sem interrupções, num vagar e divagar de contos e recontos de passagens, que podem parecer infundáveis, para leitores com pouca experiência na leitura de obras extensas, em páginas e em complexidade temática e lexical, que caracterizam essa obra-prima de Guimarães Rosa. A linguagem singular do escritor se desnuda na fala do protagonista que conta ao interlocutor “O senhor... Mire, veja:”, essencialmente ao leitor que se põe à escuta atenta e interessada, ou não, para conhecer a saga heróica do jagunço com suas aventuras e desventuras. Há aquele que fala, ou escreve, e aquele que ouve, ou lê.

O recurso humano que possibilita o conhecimento desse clássico da literatura nacional e por que não dizer universal é a leitura. Apenas é possível o desvelamento do discurso estabelecido nessa obra à pessoa que possui a habilidade do ato de ler. Mesmo reconhecendo a existência de outras maneiras para conhecê-la, entre elas, o cinema, a TV, o conto etc., para que essas formas pudessem ser colocadas em prática, foi necessária a leitura de alguém que assumiu a tarefa de transmiti-la por meio desses outros recursos. Essa importância da

⁸ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*, 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 59.

leitura no desvelamento do discurso, veiculado na obra literária, reforça a ligação existente entre ambos.

Essa ligação depreende-se ao considerar o discurso em seus processos de significação, tal como nos diz Orlandi, (2006, p. 101, grifos no original):

Por sua vez, a reflexão sobre o funcionamento discursivo, da compreensão tem, como veremos, um retorno que incide sobre uma questão crucial para a própria análise do discurso: a constituição dos processos de significação. Não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos. E o faz, não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas, cuja especificidade está em serem *sócio-históricas*.

Temos, pois, procurado discernir o que é leitura no conjunto de reflexões do que se tem definido como teoria do discurso: a determinação histórica dos processos de significação.

É pela reflexão sobre a determinação histórica desses processos que vemos a (produção da) leitura como parte constitutiva deles. Quer dizer: quando lemos estamos produzindo sentidos (reproduzindo-os ou transformando-os). Mais do que isso, quando estamos lendo, estamos participando do processo (sócio-histórico) de produção dos sentidos e o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada.

Na análise citada se observa a relação intrínseca entre leitura e discurso, pois na medida que se lê são produzidos os sentidos que constituirão a história do discurso produzido. Dessa forma, o ato de ler se equipara ao ato de escrever e, por conseguinte, também confere sentidos aos textos e à própria linguagem veiculada. O caráter social e histórico da leitura lhe proporciona condições para atribuir significados aos discursos que são transmitidos em situações específicas e variadas.

Para a autora, a leitura participa da constituição de significados a que o analista do discurso recorre para estabelecer suas análises, e o leitor, por sua vez, participa efetivamente do processo sócio-histórico dos sentidos decorrentes de um possível discurso analisado. Reforça-se dessa forma a importância do ato de ler para entendimento, compreensão e transformação do discurso produzido pela sociedade em sua história.

Esse trabalho terá como suporte teórico, portanto, a Análise do Discurso de linha francesa, por analisar a linguagem em sua função discursiva e a leitura como uma forma de discurso social que contribuem na constituição de sentidos, valores e atitudes do/pelo sujeito leitor. A seguir se torna então indispensável uma abordagem dos pressupostos defendidos por essa área da Linguística Moderna, para que a partir dessas considerações se torne possível a análise que se pretende desenvolver do corpus da pesquisa nas escolas da rede municipal.

3.2. A Análise do Discurso e a Leitura

Isso é isto. Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade, todas as qualidades enfim que podem formar um acabado mentecapto. Duvidou logo, é certo, e chegou mesmo a concluir que era ilusão; mas sendo homem prudente, resolveu convocar um conselho de amigos, a quem interrogou com franqueza. A opinião foi afirmativa.⁹

O fragmento retirado do conto *O Alienista* do fundador da Academia Brasileira de Letras do Brasil, Machado de Assis, corresponde a um brilhante exemplar de uma forma de discurso que busca elucidar ao leitor de que forma o personagem-protagonista chegou a uma conclusão para suas teorias de combate à leniência mental. O discurso se dá através do contraditório, pois se o homem em questão possuía todas as qualidades esperadas no ser humano, então possuía conseqüentemente o perfil do verdadeiro louco. A conclusão se estabelece com a reclusão dele próprio na Casa Verde, o hospício criado para o tratamento dos mentecaptos de Itaguaí.

A corrente linguística denominada Análise do Discurso emergiu no quadro da abordagem funcionalista com o intuito de facilitar os estudos da linguagem que se manifesta em forma de discurso. Teve como inspiração inicial os estudos do lingüista Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux que desenvolviam, na França, estudos que manifestavam preocupações políticas. É o que afirma Mussalim (2001, p. 101-102): “O que há de comum no trabalho desses dois pesquisadores com preocupações distintas é que ambos são tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social”. Essa teoria apresenta, então, em sua gênese, a preocupação de analisar e entender os discursos oriundos de áreas relacionadas às transformações sociais, que vigoraram em países da Europa no século XX e influenciaram movimentos revolucionários em outros continentes.

Outra contribuição importante para o surgimento da Análise do Discurso está relacionada à teoria de outro filósofo, Althusser, com seus estudos sobre a Ideologia dos Aparelhos Ideológicos do Estado que defendem a existência material das ideologias fundamentadas no materialismo histórico. A linguagem possibilita a materialização dessas ideologias. Ainda nas contribuições para o surgimento da Análise de Discurso estão as contribuições do psicanalista Lacan que em sua releitura de Sigmund Freud cria o “discurso do Outro” através do inconsciente de cada indivíduo que se manifesta em seu discurso.

⁹ ASSIS, Machado de. *O alienista*, in *Contos Escolhidos*. São Paulo: Ed. Galex, p. 85.